

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOANA DAMIANI DESTRO

O SOFTWARE DE CONTABILIDADE E O SUPRIMENTO DE
INFORMAÇÕES GERENCIAIS: UM ESTUDO DE CASO

Florianópolis
2016

JOANA DAMIANI DESTRO

**O SOFTWARE DE CONTABILIDADE E O SUPRIMENTO DE
INFORMAÇÕES GERENCIAIS: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Pedro José von Mecheln

Florianópolis

2016

JOANA DAMIANI DESTRO

**O SOFTWARE DE CONTABILIDADE E O SUPRIMENTO DE
INFORMAÇÕES GERENCIAIS: UM ESTUDO DE CASO**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Pedro José Von Mehel, Dr.
Orientador

Professores que compuseram a banca:

Prof. Erves Ducati, MSc.
Membro

Itzhak David Simão, MSc.
Membro

Florianópolis, 05 de Dezembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis pela essencial contribuição para minha formação acadêmica.

De maneira especial, ao Professor Dr. Pedro José von Mecheln pelo importante estímulo nos momentos em que acreditei não ser possível a finalização deste trabalho e pela sua competente orientação.

Ao meu pai Celeste por me proporcionar todo o amparo necessário durante essa trajetória.

À minha mãe Natércia por ser minha principal referência e motivação para tudo, por continuar iluminando meu caminho de onde quer que esteja.

Às minhas irmãs Ticiane e Juliana, por serem meu porto seguro, me auxiliarem, apoiarem e compreenderem todas as minhas decisões.

Aos antigos e fiéis amigos que permaneceram sempre ao meu lado durante esta jornada e aos incríveis amigos que tive o privilégio de fazer por conta disso. Vocês foram de extrema importância para a concretização da minha formação acadêmica e crescimento pessoal.

Às minhas colegas de trabalho Daniela e Marina pelo apoio e incentivo durante a realização deste trabalho e aos meus chefes Roberta e Luiz Guilherme por, além do apoio e incentivo, permitirem que o mesmo fosse realizado.

Muito obrigada!

RESUMO

DESTRO, Joana Damiani. **O software de contabilidade e o suprimento de informações gerenciais:** um estudo de caso. 2016. 55f. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Este trabalho buscou investigar a capacidade do software contábil utilizado por um escritório de contabilidade localizado na região da grande Florianópolis em suprir a necessidade de informação gerencial das micro e pequenas empresas. Para isso, utilizou-se uma amostra de 40 clientes do escritório em questão a fim de averiguar quais as ferramentas gerenciais consideradas de maior relevância para seus administradores e, com base nisso, analisaram-se os dados disponibilizados pelo sistema a fim de suprir a necessidade dessas ferramentas. Também se investigou a relação do escritório de contabilidade na transformação desses dados em informação bem como na transmissão das mesmas para seus clientes. Os resultados apontam que o software atende essa necessidade apenas em relação a algumas ferramentas, devido tanto à sua própria limitação quanto à falta de alimentação ou alimentação incorreta dos dados no sistema por parte de seus usuários.

Palavras-chave: MPES. Informação gerencial. Escritório de contabilidade. Software contábil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de estabelecimentos por porte	22
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Componentes dos sistemas	15
Quadro 2 - Características da contabilidade gerencial	31
Quadro 3 - Ferramentas da contabilidade gerencial para MPEs	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Definição do porte das MPes pela Legislação Brasileira.....	23
Tabela 2 - Definição do porte das MPes pelo SEBRAE.....	23
Tabela 3 - Definição do porte das MPes pelo MERCOSUL	24
Tabela 4 - Conhecimento em contabilidade	42
Tabela 5 - Visão da contabilidade	42
Tabela 6 - Ferramentas gerenciais relevantes.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistemas de informação	25
Figura 2 - Softwares	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP:	Balanço Patrimonial
CAGED:	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBIS:	Sistema de Informação Baseado em Computadores
CLT:	Consolidação das Leis do Trabalho
DCTF:	Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DeSTDA:	Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquotas e Antecipação
DFC:	Demonstração do Fluxo de Caixa
DIME:	Declaração de Informações do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Movimento Econômico
DMPL:	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE:	Demonstração do Resultado do Exercício
EPP:	Empresa de Pequeno Porte
ERP:	<i>Enterprise Resource Planning</i>
FGTS:	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GEM:	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
GFIP:	Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
IBPQ:	Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade
IMA:	<i>Institute of Management Accountants</i>
INSS:	Instituto Nacional do Seguro Social
ME:	Microempresa
MERCOSUL:	Mercado Comum do Sul
MGE:	Média e Grande Empresa
MPE:	Micro e Pequena Empresa
NF:	Nota Fiscal
NF-e:	Nota Fiscal Eletrônica
PIB:	Produto Interno Bruto
RAIS:	Relação Anual de Informações Sociais
ROI:	Retorno Sobre o Investimento
SEBRAE:	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIC:	Sistema de Informação Contábil
SICAF:	Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores

SIG: Sistema de Informação Gerencial

SINTEGRA: Sistema Integrado de Informações Sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços

SPED: Sistema Público de Escrituração Digital

SSL: *Secure Socket Layer*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.2 TEMA E PROBLEMA.....	14
1.3 OBJETIVOS.....	15
1.3.1 Objetivos Gerais	15
1.3.2 Objetivos Específicos.....	16
1.4 JUSTIFICATIVA	16
1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA	17
1.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	18
1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 EMPRESAS VÁLIDAS.....	20
2.2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	21
2.2.1 Definição do Porte	22
2.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	24
2.3.1 Sistemas de Informação Contábil Gerencial.....	28
2.3.1.1 Contabilidade Gerencial	30
2.4 ESTUDOS CORRELATOS SOBRE INFORMAÇÃO GERENCIAL NAS MPES	31
2.4.1 Necessidade de Informação Gerencial nas MPes.....	31
2.4.2 Ferramentas da Contabilidade Gerencial para MPes.....	32
2.4.2.1 Controle de Contas a Pagar e a Receber	33
2.4.2.2 Controle de Estoque	34
2.4.2.3 Fluxo de Caixa	34
2.4.2.4 Margem de Contribuição.....	34
2.4.2.5 Orçamento.....	35
2.4.2.6 Ponto de Equilíbrio.....	36
2.4.2.7 Preço de Venda	37
2.4.2.8 Retorno Sobre o Investimento (ROI).....	37
3 ESTUDO DE CASO	38
3.1 APRESENTAÇÃO DOS OBJETOS ESTUDADOS	38
3.1.1 Apresentação do Escritório de Contabilidade	38
3.1.2 Apresentação do Software Contábil	40
3.2 COLETA DOS DADOS ESTUDADOS	41
3.3 RESULTADOS DO ESTUDO.....	43
3.3.1.1 Controle de Contas a Pagar e a Receber	44
3.3.1.2 Controle de Estoque	44
3.3.1.3 Fluxo de Caixa	45
3.3.1.4 Margem de Contribuição.....	45
3.3.1.5 Ponto de Equilíbrio.....	46

3.3.1.6 Preço de Venda	46
4 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	50
APENDICE A – Questionário.....	54

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, é significativo o crescimento do empreendedorismo no Brasil. De acordo com uma pesquisa do projeto *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) conduzida em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ) sobre o empreendedorismo, estima-se que 52 milhões de Brasileiros com idade entre 18 e 64 anos estavam envolvidos na criação ou manutenção de algum negócio, na condição de empreendedor em estágio inicial ou estabelecido, nesse ano.

O nascimento de novas empresas no País tende a gerar impactos expressivos na economia e sociedade, principalmente no que diz respeito ao aumento na arrecadação de impostos e maior oferta de empregos. Merecem destaque como causadoras desses impactos as micro e pequenas empresas (MPEs), que representam hoje mais de um quarto do produto interno bruto (PIB) e são responsáveis por mais da metade da geração dos empregos formais do Brasil (SEBRAE, 2014). Sendo assim, é fundamental o incentivo e qualificação dos empreendimentos de menor porte. Porém, os micro e pequenos empresários enfrentam dificuldades na gestão dos seus negócios.

Em 2015, o índice de mortalidade das MPEs com até três anos de vida foi de 50,54%, com até quatro anos de 59,57% e com até cinco anos de vida de 64,06%, sendo a falta de gerenciamento uma das principais causas apontadas para a morte dessas organizações (GEM, 2015). Na busca pelo enfrentamento das dificuldades encontradas no cotidiano, os administradores dessas empresas carecem de práticas que os auxiliem no planejamento, na decisão e no controle das atividades por eles exercidas (ATKINSON et al., 2000). Desta forma, necessitam de informações relevantes, precisas, confiáveis e disponíveis em tempo hábil, que lhes permitam análises, ações corretivas, projeções futuras e conclusões a respeito de suas ações (SCHNORR, 2008).

1.2 TEMA E PROBLEMA

A contabilidade gerencial e os sistemas de informação que ela possibilita promover são vistos hoje como ferramentas fundamentais de auxílio ao processo de gerenciamento das organizações. Conforme Cruz (2000), um sistema de informação contábil gerencial propõe às organizações segurança necessária para seu processo administrativo, pois quando os dados disponibilizados por eles são transformados em informações, servem como base segura para a tomada de decisão. Dentre os componentes que fazem parte desses sistemas, temos:

Quadro 1 - Componentes dos sistemas

Dados	Quaisquer elementos que por si só não levam a compreensão de fatos ou situações, não sendo capazes de sustentar o processo de tomada de decisão, se fazendo necessário o seu tratamento para virarem informações (OLIVEIRA, 2004).
Tratamento	Transformação de dados em informações através de um processo de tarefas logicamente relacionadas e desenvolvidas para alcançar um resultado final (STAIR; REYNOLDS, 2006).
Informação	Dado que foi trabalhado, processado e armazenado de forma compreensível para quem o recebe, apresentando valor significativo e de crucial importância para o processo de tomada de decisão (PADOVEZE, 2010).
Decisão	Possibilidade de o administrador escolher entre diversas alternativas através da análise de dados e informações que possui a seu dispor (OLIVEIRA, 2004).
Resultado	Produto final do processo de tomada de decisão, que possibilitará posteriormente o controle e a avaliação do processo de tomada de decisão (OLIVEIRA, 2004).

FONTE: Elaborado pelo autor.

Para que um sistema sirva de forma eficaz à entidade onde está inserido, deve ser capaz de atender as necessidades específicas daquela organização. Conforme Dias (1993, p. 163), “não existe uma medida objetiva e direta para medir a eficácia de um sistema de informação. Em geral, ela é avaliada pela capacidade do sistema desenvolvido apoiar os objetivos da empresa, segundo a percepção dos usuários do sistema.”

Crepaldi e Crepaldi (2014) defendem que qualquer entidade, desde microempresa às grandes corporações, é capaz de implantar um sistema de informação, porém cabe ao contador incorporar a ele os dados quantitativos necessários para torná-lo gerencial.

Assim sendo, o presente estudo tem como problema: **Qual a capacidade do software contábil utilizado pelo escritório de contabilidade objeto do estudo em suprir a necessidade de informação gerencial das micro e pequenas empresas?**

1.3 OBJETIVOS

Neste tópico, apresentam-se os objetivos gerais e específicos do problema de pesquisa que foram discutido no trabalho.

1.3.1 Objetivos Gerais

Este trabalho tem como objetivo geral identificar a capacidade do software contábil

utilizado pelo escritório de contabilidade objeto do estudo em suprir a necessidade de informação gerencial das micro e pequenas empresas.

1.3.2 Objetivos Específicos

A fim de concretizar o objetivo geral deste trabalho, pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Averiguar as informações gerenciais consideradas de maior relevância para os clientes do escritório de contabilidade estudado;
- Identificar se o software contábil utilizado é capaz de disponibilizar dados que possam ser transformados nas informações demandadas;
- Identificar se o próprio sistema já transforma esses dados em relatórios capazes de transmitirem as informações aos seus usuários;
- Verificar a participação do escritório de contabilidade em questão no processo de transformação e transmissão dos dados e informações.

1.4 JUSTIFICATIVA

Segundo Lopes (2010), os principais fatores considerados como responsáveis pela morte das MPes são decorrentes das falhas gerenciais por elas cometidas, as quais podem ser atribuídas à falta de informação produzida por seus sistemas de informação contábil (SIC).

Um SIC é capaz de disponibilizar a seus usuários uma vasta gama de dados que podem ser transformados em informações e aproveitadas no gerenciamento das empresas. Para tal, é necessário apenas que se faça a escolha adequada do software a ser utilizado e que o mesmo seja parametrizado e alimentado sempre de maneira correta.

As MPes, devido a seu porte, geralmente possuem contabilidade terceirizada. Portanto, cabe aos seus prestadores de serviços contábeis desempenharem as principais funções relacionadas ao software contábil, a fim de repassar a seus clientes informações úteis ao processo de gestão.

Alinhado ao aumento da busca por melhores informações gerenciais, cresceu também o mercado de sistemas contábeis. Dessa forma, está cada vez mais difícil para os escritórios de contabilidade avaliarem qual o melhor sistema a ser utilizado para atender suas necessidades.

Diante do contexto, este trabalho justifica-se pela relevância das informações que

podem ser extraídas de um SIC e pela necessidade de que os prestadores de serviços contábeis estejam equipados com softwares capazes de disponibilizar essas informações de maneira adequada aos seus clientes.

1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Segundo Prodanov e Freitas (2013), uma pesquisa científica é a organização de um estudo planejado que, por meio da aplicação de métodos científicos, procura conhecer aspectos de determinado assunto e encontrar respostas para as questões propostas. Baseado em Beuren et al. (2003), as tipologias de delineamento desta pesquisa foram divididas em três grupos: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa tem caráter descritivo. A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de um determinado grupo e uma de suas principais contribuições é proporcionar novas visões a respeito de determinado assunto (GIL, 2008). O estudo realizado neste trabalho procurou descrever características relacionadas ao escritório onde foi realizado, ao sistema contábil por ele utilizado e aos seus clientes, bem como contribuir com perspectivas sobre a importância dos SICs. Também foram utilizados neste trabalho estudos correlatos para definirem quais seriam as ferramentas mais utilizadas como apoio ao processo de tomada de decisão das MPEs.

Em relação aos procedimentos, este trabalho classifica-se como um estudo de caso. Marion, Dias e Traldi (2002) definem que o estudo de caso se foca em um caso que esteja ocorrendo na vida real em tentativa de captar a evolução de determinado evento ou programa estudado. Neste trabalho, foi realizado um estudo de caso no escritório de contabilidade buscando identificar quais as ferramentas gerenciais consideradas de maior relevância para seus clientes e qual a capacidade do software contábil por ele utilizado em atender essa demanda.

Quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa se enquadra como qualitativa, pois pretende contribuir no melhoramento do processamento dos dados disponibilizados pelo software contábil e na transformação desses dados em informações gerenciais.

De acordo com Richardson (1999),

Uma análise qualitativa tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A amostra selecionada para este estudo de caso foram as micro e pequenas empresas clientes do escritório de contabilidade objeto do estudo que se enquadram no conceito de empresas válidas. Essas empresas possuem características específicas, mas, basicamente, estabelecem como sua principal tarefa praticar os princípios de conduta aceitos pela legislação, sociedade, seus empreendedores e colaboradores (ARANTES, 2012). Dentre os 79 clientes do escritório de contabilidade estudado, 40 foram selecionados como aptos a participarem da pesquisa por estarem enquadrados nas características pretendidas. Porém, apenas 28 retornaram o instrumento de pesquisa com respostas.

O instrumento de pesquisa utilizado para o presente estudo foi um questionário, enviado por e-mail aos clientes do escritório devido a praticidade. O mesmo era composto por três perguntas objetivas: duas procurando saber o conhecimento e a visão que os entrevistados possuem a respeito da contabilidade e uma sobre as ferramentas gerenciais que eles consideravam mais importantes como apoio ao processo de tomada de decisão empresarial. Nas duas primeiras perguntas, foram disponibilizados como respostas apenas duas alternativas, onde o entrevistado deveria escolher entre uma das duas. Na pergunta sobre as ferramentas gerenciais consideradas relevantes, foram disponibilizadas para serem assinaladas as ferramentas encontradas neste trabalho, através de estudos anteriores, como importantes para as MPEs, podendo o respondente assinalar mais de uma alternativa.

1.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Por se tratar de um estudo de caso, a presente pesquisa possui como principal limitação o escritório de contabilidade escolhido como objeto do estudo, devido à facilidade no acesso às informações do mesmo.

Outra limitação são os clientes do escritório de contabilidade e as suas características definidas para seleção da amostra. Poderiam ter sido selecionadas empresas com diversas características, porém, optou-se por examinar aquelas enquadradas no conceito de empresas válidas.

Caracteriza-se também como limitação do estudo o software de contabilidade utilizado

por este escritório de contabilidade.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O capítulo um consiste na introdução e contextualização do tema e problema abordado, seus objetivos, a justificativa pela escolha do mesmo, a metodologia utilizada e a delimitação da pesquisa.

No capítulo dois, apresenta-se o referencial teórico utilizado como base para o presente estudo de caso. São abordadas conceituações dos assuntos relacionados ao tema, como empresas válidas, micro e pequenas empresas, a contabilidade gerencial, ferramentas gerenciais e sistemas de informação gerencial.

O capítulo três trata dos aspectos do estudo de caso realizado, caracterizando a empresa estudada, o sistema estudado e os elementos a eles relacionados, bem como as respostas das questões pretendidas na pesquisa.

Finalizando, o capítulo quatro apresenta as conclusões que se obtiveram com o estudo, recomendações para futuros trabalhos relacionados ao tema abordado e a apresentação do referencial bibliográfico utilizado para elaboração do mesmo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão apresentadas questões teóricas relacionadas à aspectos do estudo de caso realizado, como o que são as empresas válidas; a definição de micro e pequenas empresas; o conceito, importância e abrangência dos sistemas de informação; a contabilidade gerencial; e os estudos já realizados que mostram a necessidade de informação gerencial para as MPEs e quais são as ferramentas gerenciais mais utilizadas por elas.

2.1 EMPRESAS VÁLIDAS

De acordo com Arantes (2012), existem na sociedade dois modelos empresariais: “aquelas com foco na visão econômica, cuja razão de ser é a maximização do lucro; e as que existem para, em primeiro lugar, servir à sociedade em que operam, e encaram o lucro como meio, e não como fim”.

As empresas com foco na maximização do lucro seriam as empresas economicamente clássicas e, seu papel, apenas o de agente econômico. Seus produtos, clientes e colaboradores seriam apenas meios para atingir sua finalidade. Para Arantes (2012), essa visão estabelece um parâmetro limitado de avaliação do desempenho da entidade e não explica com exatidão o seu papel na sociedade e nem os motivos que levaram os empreendedores e colaboradores a criar e contribuir com a empresa.

Já as empresas denominadas pelo autor como empresas válidas seriam aquelas com a ideologia de atender às necessidades humanas, que tem como razão para sua existência servir à sociedade com os bens e serviços que necessita para sua sobrevivência e crescimento e tratam o lucro como um meio e não um objetivo principal.

Dentre as características que o autor utiliza para enquadrar uma empresa no conceito de empresas válidas, estão:

- Criação de produtos e serviços de utilidade e valor: Ao criarem produtos e serviços, as empresas válidas estão focadas na utilidade que os mesmos terão para seus clientes e não nas características técnicas, físicas e químicas, como acontece nas empresas com foco na visão econômica;
- Criar e manter clientes satisfeitos: O enfoque das empresas válidas em relação aos clientes está em oferecer soluções sobre as quais eles mesmos não haviam pensado, contribuindo para que seus negócios prosperem e toda a cadeia seja beneficiada;

- Promover a capacidade de evolução: Em vez de se preocuparem com os problemas à medida que forem surgindo, as empresas válidas buscam evoluir estabelecendo aonde querem chegar, criando objetivos a serem atingidos, e não exclusivamente por meio da solução de problemas;
- Atrair, desenvolver e manter talentos: As empresas válidas enxergam as pessoas que trabalham para elas como aquelas que vão efetivamente contribuir para consecução de seus resultados, como talentos, e não como simples mão de obra;
- Construir e manter relações significativas: As empresas válidas buscam aprofundar sua relação com todos os agentes a ela relacionados (clientes, fornecedores, funcionários, distribuidores, parceiros, órgãos governamentais e etc), procurando desenvolver trabalhos conjuntos com esses agentes, de maneira a formar relações leais e autênticas;
- Usar os recursos com produtividade: Uma das responsabilidades principais das empresas válidas é utilizar de maneira eficaz e com responsabilidade os recursos extraídos da sociedade, tendo ciência de que também fazem parte dessa sociedade;
- Praticar princípios de conduta: Preocupadas não somente em zelar pelo sistema social, as empresas válidas buscam contribuir e enriquecer a sociedade em que atuam, mantendo um comportamento adequado aos princípios de conduta aceitos por ela;
- Obter um lucro justo: O fato de as empresas válidas tratarem o lucro como um meio e não como um fim não quer dizer que não necessitam deste lucro, mas sim que elas acreditam que este lucro deva remunerar seu esforço em produzir as utilidades para a sociedade da melhor maneira possível, por isso chamam o lucro de “justo”.

Além de possuir essas características, o que determina uma empresa como válida, segundo Arantes (2012), é a prática dos princípios de condutas aceitos pela legislação.

2.2 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

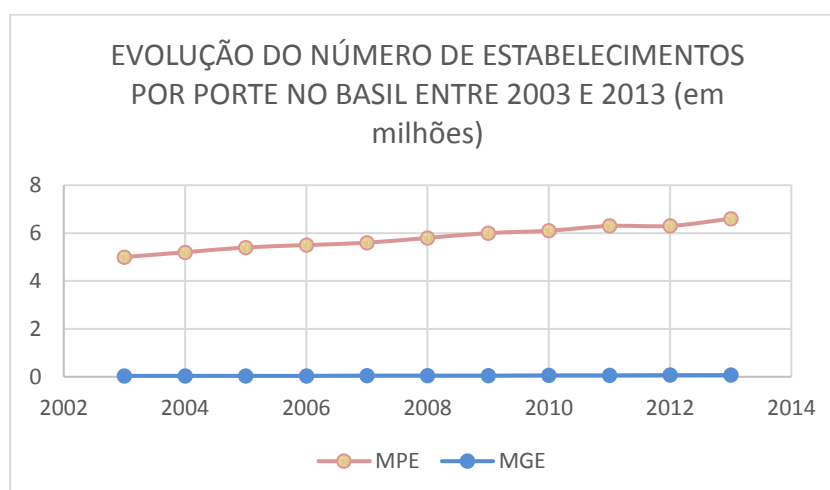
Segundo Passoni *et al.* (2013), as MPEs possuem como principais características a baixa intensidade de capital; as altas taxas de natalidade e mortalidade; a forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão de obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários (pessoa física) e as empresas (pessoas jurídicas). Por serem empreendimentos que surgem de forma modesta e muitas vezes no âmbito familiar, as microempresas despertam o interesse de diversos empreendedores e, devido a isso, seu espaço no mercado vem crescendo cada vez mais.

Segundo o Anuário do Trabalho de 2014 publicado pelo SEBRAE,

Entre 2003 e 2013, verificou-se um aumento de 33,8% no número de estabelecimentos das MPEs, o que fez quase dobrar o número de empregos formais gerados por estes estabelecimentos. Em 2013, as MPEs responderam, em média, por 99% dos estabelecimentos; 52% dos empregos formais e estabelecimentos privados não agrícolas do país e de quase 42% da massa de salários paga aos trabalhadores destes estabelecimentos.

O Gráfico 1, elaborado com dados disponibilizados pela mesma pesquisa, mostra uma comparação da evolução do número de estabelecimentos por porte no Brasil, entre 2003 e 2013. Com base nele, apresenta-se a representatividade dos empreendimentos de menor porte nos últimos anos foi expressivamente maior que a representatividade dos empreendimentos de médio e grande porte.

Gráfico 1 - Evolução do número de estabelecimentos por porte



FONTE: Elaboração do autor, baseado em SEBRAE (2014).

Com tratamento jurídico diferenciado instituído em lei, essas empresas possuem benefícios tributários, previdenciários, trabalhistas, creditícios e de desenvolvimento empresarial. A simplificação legal visa facilitar tanto a criação quanto o funcionamento dessas empresas, de modo a fortalecer sua participação no mercado.

2.2.1 Definição do Porte

Por serem relevantes para a economia, dificilmente os estudos sobre as MPEs serão esgotados. Um dos assuntos que ainda é muito discutido entre os estudiosos deste tema são os critérios de classificação que definem o porte desses empreendimentos. Em todos os países, a ausência de um critério homogêneo para essa classificação acarretou o surgimento de diversos

conceitos. Dentre os critérios mais utilizados, predominam-se os quantitativos. De acordo com Leone e Leone (2012), isso ocorre pois são mais fáceis de coletar e manipular, e mais rápidos para mensurar. Mas a definição mais adequada para micro e pequena empresa ainda não é um consenso (O'REAGAN; GHOBADIAN, 2004).

Para a legislação brasileira, o enquadramento desses empreendimentos quanto ao porte é fundamentado na sua receita bruta anual auferida. De acordo com a Lei Complementar nº 123 de 14 de 2006 (Lei Geral da MPE), capítulo II, artigo 3º, classifica-se como microempresa (ME) a sociedade empresária, sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que auferiram durante o ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00. Já, se a receita bruta auferida neste período for superior a R\$360.000,00 e inferior a R\$3.600.000,00, a sociedade é enquadrada como empresa de pequeno porte (EPP).

Tabela 1 - Definição do porte das MPEs pela Legislação Brasileira

Porte	Faturamento Anual
Microempresa	até R\$360.000,00
Empresa de pequeno porte	entre R\$360.000,00 e R\$3.600.000,00

FONTE: Elaboração do autor, baseado na Lei Complementar nº 123/2006.

Para o SEBRAE (2014), o número de trabalhadores e o setor de atividade econômica exercida são os critérios utilizados para definir o porte da empresa. Segundo definição, ME é aquela que possui em seu quadro funcional até 19 empregados no setor de indústria e até 9 empregados nos setores de comércio e serviço. Já a EPP tem em seu quadro de 20 a 99 empregados na indústria e entre 10 e 49 empregados nos segmentos de comércio e serviços.

Tabela 2 - Definição do porte das MPEs pelo SEBRAE

Porte	Nº de empregados	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	até 19	até 9
Empresa de pequeno porte	de 20 a 99	de 10 a 49

FONTE: Elaboração do autor, baseado em SEBRAE (2014).

Pelas normas do MERCOSUL, segundo a Resolução MERCOSUL GMC nº 90/93, o parâmetro de enquadramento das MPEs leva em consideração o faturamento da empresa e seu número de empregados, bem como a diferenciação entre os setores de indústria e comércio. Na indústria, classificam-se como MEs aquelas que possuem até 10 empregados e um faturamento anual limitado em US\$400 mil; como EPPs neste setor, enquadram-se aquelas que possuem entre 11 e 40 empregados, com faturamento anual até US\$3,5 milhões. Já nos setores de comércio e serviço, MEs são as que possuem até cinco funcionários com limite de faturamento anual de R\$200 mil; e EPPs as que possuem entre seis e 30 empregados com faturamento anual até US\$1,5 milhão.

Tabela 3 - Definição do porte das MPEs pelo MERCOSUL

Porte	Indústria		Comércio e Serviços	
	Nº de empregados	Faturamento Anual	Nº de empregados	Faturamento Anual
Microempresa	até 10	US\$400 mil	até 5	US\$200 mil
Empresa de pequeno porte	de 11 a 40	US\$3,5 milhões	de 6 a 30	US\$1,5 milhão

FONTE: Elaboração do autor, baseado na resolução MERCOSUL GMC nº 90/93.

Tanto as grandes organizações quanto as micro e pequenas empresas necessitam, para sobrevivência no mercado, uma gama de informações relevantes, precisas, confiáveis e disponíveis em tempo hábil que lhes permitam análises, ações corretivas, projeções futuras e conclusões a respeito de suas ações (SCHNORR, 2008). Para que isso seja possível, é preciso que a organização disponha de um sistema capaz de receber, organizar, tratar e disponibilizar aos gestores dados sobre as diversas operações da empresa.

2.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

De acordo com Oliveira (2004, p.35), a informação é o “[...] produto da análise dos dados existentes na empresa, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada”. Crepaldi e Crepaldi (2014) afirmam que, por meio da contabilidade gerencial e dos sistemas de informações que promove, podem ser disponibilizados dados quantitativos necessários à análise e mensuração da entidade. Para Stair e Reynolds (2006), é por meio da transformação desses dados que as informações são geradas.

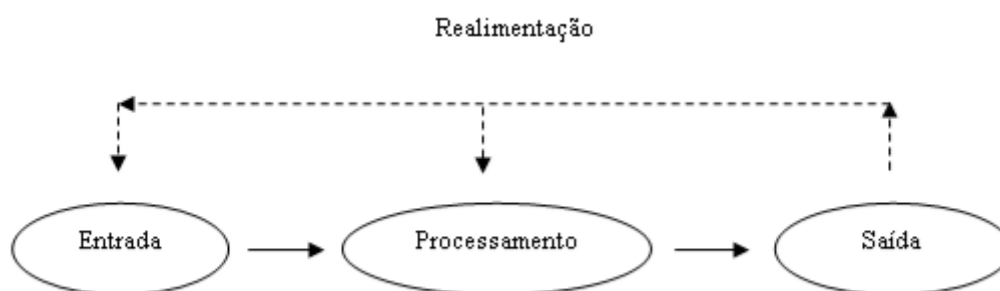
Conforme Matarazzo (2010, p.16) dados são “números ou descrição de objetos ou

eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação no leitor”. Já as informações, “representam, para quem as recebe, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão, frequentemente acompanhada de um efeito-surpresa”. Com base nisso, percebe-se que um dado sem transformação, sem o devido tratamento, de nada vale como ferramenta gerencial. Para possibilitar o processo de captação, entrada e transformação dos dados em informações gerenciais úteis ao processo de tomada de decisão das organizações, surgiram os sistemas de informação (PORTO; BANDEIRA, 2006).

De acordo com Padoveze (2010), um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos interdependentes em interação. Em um sistema de informação, segundo o autor, esse conjunto é composto de elementos como recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros, agregados em uma sequência lógica que possibilite o processamento dos dados e sua tradução em informações, permitindo a organização o cumprimento de seus objetivos.

Para Strassburg (2004, p.61), "um sistema de informação está fundamentado em três elementos básicos e fundamentais para a obtenção do resultado esperado, que são: entrada de dados, o processamento destes dados e a saída dos dados transformados (informação)". Conforme a Figura 1, essa ideia pode ser corroborado em Stair e Reynolds (2006), que veem o sistema de informação como "um conjunto de elementos ou componentes inter-relacionados que coletam (entrada) manipulam (processo) e disseminam (saída) dados e informações e oferecem um mecanismo de realimentação para atingir um objetivo".

Figura 1 - Sistemas de informação



Fonte: Stair e Reynolds (2006).

O processo de entrada dos dados consiste em coletar dados básicos, de forma manual ou automatizada, em fontes internas ou externas a entidade, mas sempre provenientes do sistema. Posteriormente, por meio de cálculos, comparações e ações alternativas, ocorre a conversão ou transformação desses dados em saídas úteis. O processo de saída envolve a produção de informações que serão utilizadas posteriormente, como documentos e relatórios

(STAIR E REYNOLDS, 2006). Oliveira (2004) afirma que, além dos elementos entrada, processamento e saída, também é componente de um sistema a retroalimentação, que seria o processo de feedback, servindo para corrigir as saídas que apresentam divergências.

Antes da implantação de um sistema de informação, é necessário um estudo que possibilite avaliar sua aptidão a atender as reais necessidades de seus usuários, pois, de acordo com Martins (2003 p. 359):

Diariamente, são encontrados inúmeros relatórios com números e dados que acabam por nunca virar informação, ou então jamais trazem qualquer benefício, mas continuam a ser produzidos em série tão somente porque no modelo inicial estavam previstos.

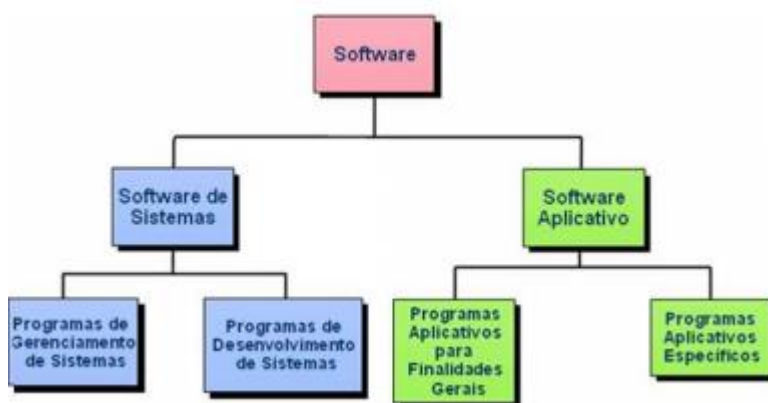
Gil (1992), afirma que os sistemas de informação devem produzir informações que atendam: os níveis empresariais, como o estratégico, o tático e o operacional; o ciclo administrativo, representado pelo planejamento, a execução e o controle; e o nível de estruturação da informação. Um sistema de informação pode ser classificado em diversas maneiras. Para Stair e Reynolds (2006) eles se dividem em: simples ou complexos, abertos ou fechados, estáveis ou dinâmicos, adaptáveis ou não adaptáveis, permanentes ou temporários, manuais ou computadorizados.

De acordo com Stair e Reynolds (2006), um sistema de informação baseado em computadores (CBIS) é composto de elementos configurados para manipular, armazenar e processar os dados em informação. Esses elementos seriam:

- Hardware: Equipamento computacional que permite a execução dos procedimentos de entrada, processamento e saída dos dados;
- Software: Programa computacional que comanda as operações do computador;
- Banco de dados: Coleção organizada de informações (clientes, funcionários, estoque, etc.);
- Telecomunicações: Transmissões eletrônicas de sinais que permitem comunicações em relação a execução de processos por meio de redes computadorizadas;
- Pessoas: Quem vai gerenciar, utilizar, programar e manter o sistema a fim de obter resultados;
- Procedimentos: Incluem estratégias, políticas, métodos e regras para utilização do sistema computadorizado.

Um software é considerado por Stair e Reynolds (2006) como o conjunto de programas projetados para coordenar as atividades e funções do hardware, podendo ainda ser classificado basicamente em dois tipos, como pode ser visto na Figura 3:

Figura 2 - Softwares



FONTE: Adaptado de O'BRIEN (2004).

- Software de sistema: É o sistema operacional em si, utilizado para controlar as operações básicas do computador, executando comandos que permitem a interação entre o usuário e o hardware e fazer os softwares de aplicação funcionar;
- Software de aplicação: Desenvolvidos para realizar tarefas específicas, englobam todos os programas computacionais elaborados com fins de atender as necessidades específicas de seus usuários.

Dentre os softwares aplicativos estão os programas chamados *Enterprise Resource Planning* (ERP). Eles são sistemas criados para aperfeiçoar a gestão empresarial, capazes de integrar todos os dados e processos dos seus diferentes departamentos.

Um ERP é formado basicamente pelos seguintes componentes:

- Financeiro (contas a pagar e a receber);
- Contabilidade;
- Estoque;
- Recursos humanos (folha de pagamento);
- Planejamento e controle de produção;
- Compras;

- Venda (faturamento);
- Ativos fixos (patrimônio).

Seu objetivo fundamental é controlar e integrar as funções de seus componentes. Por meio dessa integração, o ERP permite que a empresa possua um único banco de dados, tornando o fluxo de informações entre seus diversos departamentos único, contínuo, consistente e em tempo real. Dentre os motivos que levam uma empresa a utilizar um ERP, pode-se destacar:

- Aumento da produtividade;
- Melhora na qualidade;
- Potencial competitivo;
- Melhora nos serviços prestados aos clientes;
- Redução de custos;
- Melhor planejamento e alocação de recursos.

Os sistemas de informação contábil gerencial podem ser classificados como softwares aplicativos ERP, pois, são sistemas que utilizam um único banco de dados com informações integradas a respeito de todas as áreas de uma empresa, otimizando o fluxo de informação e atendendo necessidades específicas de cada usuário.

2.3.1 Sistemas de Informação Contábil Gerencial

Gil (1992) afirma que o sistema de informação contábil (SIC) está relacionado à contabilidade em função de gerar informações e conhecimentos sobre o valor patrimonial da empresa, bem como auxiliar o processo de tomada de decisão das organizações. Para que um SIC tenha validade, Padoveze (2010) defende que existem três fatores importantes:

- Operacionalidade: Os relatórios gerados devem ser concisos, úteis, simples e eficientes, elaborados de acordo com a necessidade específica de cada usuário;
- Integração: As informações necessárias para o gerenciamento da organização devem estar em um mesmo banco de dados, formando um sistema integrado;
- Custo da informação: Para o sistema ser vantajoso, deve possuir uma boa relação custo x benefício.

Um sistema de informação gerencial (SIG), de acordo com Oliveira (2004), é capaz de proporcionar por meio da transformação de dados, a sustentação administrativa para aperfeiçoar os resultados esperados pela organização. Segundo Paiva (2006), por meio da conversão de dados de fontes internas e externas em informações, os SIGs comunicam essas informações aos gerentes de todos os níveis e funções da organização, possibilitando uma tomada de decisão com um melhor embasamento. Por ser projetado com o intuito de fornecer informações seguras aos administradores das empresas a fim de concretizar os objetivos das organizações, o SIG é capaz de auxiliar na consolidação de três variáveis importantes para sustentação da empresa: qualidade, produtividade e participação (OLIVEIRA, 2004).

Oliveira (2004) destaca como principais benefícios dos sistemas de informação contábil gerencial:

- Redução do custo das operações;
- Relatórios precisos, rápidos e que exigem menos esforço;
- Melhoria na produtividade;
- Melhoria na tomada de decisão, por dispor de informações precisas e rápidas;
- Melhoria na estrutura organizacional, pois facilita o fluxo de informações;
- Descentralização;
- Melhor interação com fornecedores;
- Aumento do nível motivacional.

Apesar de ter importância notável como auxílio ao processo de tomada de decisão, nem todas as empresas fazem uso destes softwares ou muitas vezes não os utilizam de maneira adequada, o que leva o sistema a não fornecer as informações desejadas. Para Cruz (2000), a correta utilização dos dados fornecidos pelos sistemas de informação contábil gerencial é fundamental para que as organizações continuem produzindo e possuam diferencial competitivo, pois disponibilizam respostas ágeis e temporais aos seus usuários, garantindo segurança no processo administrativo. Diante dessas exposições, um sistema de informação contábil gerencial tem o papel de prover seus usuários com relatórios padronizados, baseados nos dados processados pelo seu software e transformados em informações.

2.3.1.1 Contabilidade Gerencial

De acordo com Ferrari (2001, p.1): “Contabilidade é a ciência que estuda e pratica funções de orientação, controle e registro relativas à administração econômica”. Para Schnorr (2008, p.29), “a contabilidade oferece aos gestores, ferramenta indispensável, com informação confiável para tomadas de decisões, permitindo ações corretivas, projeções, simulações, bem como análises e conclusões para a correta consecução dos planos de crescimento”.

A contabilidade gerencial, para Crepaldi e Crepaldi (2014, p. 18), é o ramo da contabilidade que tem por objetivo utilizar da melhor maneira os recursos econômicos da empresa a fim de fornecer instrumentos que auxiliem os seus administradores a exercer suas funções. Ela permite que eles compreendam com mais eficácia os processos de identificar, mensurar e analisar as informações econômicas da organização.

Para o *Institute of Management Accountants* (IMA, 2008), ela auxilia o processo de tomada de decisão, desde a elaboração do planejamento até o provimento de competências relacionadas aos relatórios financeiros e de controle. Pinheiro (2005) afirma que ela pode ser utilizada até mesmo como um instrumento de análise de desempenho e monitoramento dos resultados auferidos pela entidade, pois tal prática proporcionará segurança às operações presentes e futuras.

A principal característica da contabilidade gerencial, conforme Atkinson *et al.* (2000), é que ela é capaz de apresentar informações oportunas e desagregadas, permitindo uma melhor compreensão e utilização dessas informações por parte dos empreendedores. Nota-se, portanto, que diferente da contabilidade financeira, com relatórios voltados para o público externo e elaborados com base em dados históricos, a contabilidade gerencial produz relatórios voltados para uso interno, com visão no futuro e baseados na necessidade de informação dos gestores. Isso permite que ela sirva fielmente tanto no processo de tomada de decisão da empresa como também para aumentar a eficiência de todas as funções ligadas à gestão.

O Quadro 1, baseado em Atkinson *et al.* (2000), fornece uma percepção resumida das características da contabilidade gerencial e suas informações.

Quadro 2 - Características da contabilidade gerencial

TÓPICOS	CARACTERÍSTICAS DA CONTABILIDADE GERENCIAL
Objetivo	Auxiliar o processo de tomada de decisões internas quanto ao <i>feedback</i> e controle do desempenho das operações
Público Alvo	Interno: funcionários, gerentes executivos
Temporalidade	Corrente; orientada para o futuro
Tipo de Informação	Financeiras mais medidas operacionais e físicas sobre processos, tecnologias, fornecedores, clientes e competidores
Natureza da Informação	Subjetivas, válidas e relevantes
Escopo	Desagregado, de informação à ações e decisões locais
Restrições	Sem regras estabelecidas: sistemas e informações determinadas por gerentes para encontro de necessidades estratégicas e operacionais

FONTE: Adaptado de Atkinson et al. (2000).

2.4 ESTUDOS CORRELATOS SOBRE INFORMAÇÃO GERENCIAL NAS MPES

Podem ser encontrados hoje diversos estudos que relatam a necessidade de informação gerencial para processo administrativo das MPEs e quais seriam as ferramentas gerenciais mais utilizadas essas organizações.

2.4.1 Necessidade de Informação Gerencial nas MPEs

Dentre os estudos mais atuais sobre a necessidade de informação gerencial para as MPEs estão os de Lima e Sousa (2013), Costa (2005), Souza (2007) Fernandes *et al.* (2011) e Moreira *et al.* (2013).

Em seu trabalho sobre a importância das ferramentas gerenciais para a continuidade e otimização das atividades das micro e pequenas empresas em uma determinada região de Belém, Lima e Sousa (2013) concluíram que as ferramentas contábeis gerenciais são muito utilizadas por esses administradores e os mesmos atribuem um altíssimo grau de importância a esses instrumentos.

Costa (2005) constatou em seu trabalho de conclusão de curso sobre a utilização de informações contábeis na gestão das MPEs que, a maioria das instituições entrevistadas para sua pesquisa necessitam da contabilidade gerencial para auxiliar o processo de tomada de decisão e, mesmo aquelas que não recebem essas informações de seus prestadores de serviços contábeis buscam em outros sistemas essas ferramentas.

Por meio de pesquisa relacionada à importância da utilização da escrituração contábil

como ferramenta para a tomada de decisão em microempresas de Florianópolis, Souza (2007) constatou que as empresas de sua amostra que solicitam aos contadores relatórios financeiros diferenciados para basearem suas decisões organizacionais (fluxo de caixa, orçamento, métodos para formação do preço de venda e métodos de custeio) obtêm melhorias em sua administração.

Com a publicação de um artigo que visava identificar a importância dada pelos gestores à informação contábil gerencial no processo de tomada de decisão organizacional, Fernandes *et al.* (2011) relataram por meio do referencial teórico e da pesquisa de campo realizada que de maneira geral, os gestores consideram as informações contábeis de extrema importância no processo decisório, mesmo muitas vezes estando insatisfeitos com a periodicidade de fornecimento dessas informações pelo seu contador, principalmente as empresas de menor porte.

Moreira *et al.* (2013) também constataram em seu artigo sobre a importância da informação contábil como ferramenta gerencial no processo de tomada de decisão das MPEs que os administradores dessas entidades percebem a relevância dessas informações para suporte à gestão de seus negócios, porém não recebem os relatórios que contém essas informações de seus contadores com a frequência necessária para utilização de maneira eficaz.

2.4.2 Ferramentas da Contabilidade Gerencial para MPEs

Assim como a respeito da necessidade das informações gerenciais para as organizações em questão, pesquisas que mostram quais são as ferramentas da contabilidade gerencial mais utilizadas pelas MPEs já foram realizadas.

Borges e Leal (2015) constataram que essas ferramentas são: gestão de estoques, formação do preço de venda, ponto de equilíbrio, fluxo de caixa e orçamento. Já segundo Bavaresco e Gasparetto (2009) dentre as ferramentas contábeis utilizadas para apoio à gestão das micro e pequenas empresas estariam: controle de caixa, controle de contas a pagar, controle de contas a receber, controle de estoque e orçamento.

Lima e Souza (2013) mencionam como ferramentas utilizadas pelas MPEs no processo de tomada de decisão o orçamento, o fluxo de caixa e o ponto de equilíbrio. O fluxo de caixa, controle de estoque e orçamento foram destacadas como relevantes de acordo com a pesquisa realizada por Defaveri e Baldissera (2016).

Segundo Ovadomari *et al.* (2013) defende que as ferramentas utilizadas são: o retorno sobre o investimento (ROI), a margem de contribuição e o orçamento. Para Souza e Rios (2011): orçamento, fluxo de caixa, controle de estoque e controle de contas a pagar e a receber.

Quadro 3 - Ferramentas da contabilidade gerencial para MPes

Borges e Leal (2015)	Gestão de estoques, formação do preço de venda, ponto de equilíbrio, fluxo de caixa e orçamento.
Bavaresco e Gasparetto (2009)	Controle de caixa, controle de contas a pagar, controle de contas a receber, controle de estoque e orçamento.
Lima e Souza (2013)	Orçamento, fluxo de caixa e ponto de equilíbrio.
Defaveri e Baldissera (2016)	Fluxo de caixa, controle de estoque e orçamento.
Ovodomari <i>et al.</i> (2013)	ROI, margem de contribuição e orçamento.
Souza e Rios (2011)	Orçamento, fluxo de caixa, controle de estoque, controle de contas a pagar e a receber.

FONTE: Elaborado pelo autor.

Deve-se ressaltar que, apesar de trabalhos e artigos mostrarem quais são as ferramentas mais utilizadas no gerenciamento dessas organizações, não existe ainda consenso definido sobre quais são as ferramentas da contabilidade gerencial de maior importância no auxílio ao processo de tomada de decisão das MPes.

2.4.2.1 Controle de Contas a Pagar e a Receber

Por meio do controle de contas a pagar, é possível que os administradores da empresa tenham, em tempo hábil, dados sobre o vencimento de seus compromissos financeiros, montante das dívidas e, principalmente, informações que os permitam tomar decisões a respeito da prioridade desses pagamentos.

Já o controle das contas a receber permite o conhecimento dos valores que a empresa ainda tem para entrar em caixa, dos clientes pagantes em dia ou não, além de disponibilizar informações que permitam a elaboração de uma programação para cobrança e investimentos futuros para a empresa.

2.4.2.2 Controle de Estoque

O controle de estoque é formado por uma série de ações realizadas para registrar, fiscalizar e gerir as entradas e saídas de mercadorias de uma empresa. Para Martins (2003), decisões como quando e quanto comprar, fixar lotes econômicos de aquisição e definir estoques de segurança podem afetar significativamente os resultados organizacionais. Ou seja, se uma empresa não fizer uma boa gestão de seu estoque, corre o risco de ficar sem produtos para atender a demanda de seus clientes ou até mesmo com mercadorias acumuladas.

Oliveira *et al.* (2009) defende que devem ser feitas contagens físicas dos estoques para comparação com os controles periodicamente, pois este procedimento permite que sejam identificadas possíveis falhas em registros contábeis e controles internos.

2.4.2.3 Fluxo de Caixa

De acordo com Neto e Silva (2006), o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona as entradas e saídas de recursos monetários da organização em um determinado intervalo de tempo, possibilitando o prognóstico de eventuais excedentes ou escassez de caixa e medidas saneadoras a serem tomadas. Dessa forma, por meio do fluxo de caixa a empresa é capaz de traçar um planejamento financeiro que permita a observação do movimento de entradas e saídas de recursos em diversos períodos, orientando os gestores a tomar decisões como a realização de investimentos e programação de compras.

Kassai (1997) defende que dentre todos os demonstrativos financeiros, o fluxo de caixa é o mais fundamental. Essa afirmação pode ser entendida por meio de Iudícibus e Marion (2002), que afirmam serem de fácil compreensão as informações disponibilizadas por esta ferramenta.

2.4.2.4 Margem de Contribuição

De acordo com Martins (2003) “a alocação de custos fixos pode, para efeito de decisão, ser perniciosa; por sua própria natureza, o valor a ser atribuído a cada unidade depende do volume e produção e, o que é pior, do critério de rateio utilizado”. Com necessidades de informações mais seguras sobre a contribuição individual de cada produto sobre o lucro, surgiu a utilização do custeio variável, bem como da margem de contribuição, como ferramentas mais precisas de apoio ao processo de tomada de decisão.

Segundo Padoveze (2010), a margem de contribuição é a diferença entre o preço de venda de um produto e seus custos e despesas variáveis. Ela pode ser calculada tanto em relação à um produto específico quanto à produção total da empresa. Com a utilização da margem de contribuição, é possível saber qual o valor que cada produto contribui para o aumento do lucro empresarial, permitindo assim que os gestores tomem decisões ligadas ao aumento ou redução de produção e preços dos produtos. Por meio do conhecimento da margem de também podem ser determinados o ponto de equilíbrio e o preço de venda.

2.4.2.5 Orçamento

Frezatti (2009) define orçamento como “o plano financeiro para implementar a estratégia da empresa para determinado exercício”. Segundo o autor, ele é um dos pilares da gestão empresarial e uma das principais ferramentas para que os gestores prestem contas de suas atividades, pois contém as prioridades da entidade em um determinado período e proporciona avaliar tanto o desempenho das diversas áreas da entidade quanto de seus gestores.

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2014), o orçamento é uma ferramenta que:

- comunica a estratégia em todos os níveis gerenciais, pormenorizando os planos de cada centro de responsabilidade;
- coordena as várias atividades da organização, evitando duplicidade de trabalhos;
- define responsabilidade, autoriza limites de gastos e informa o desempenho que se espera;
- é um instrumento de avaliação, isto é, um contrato ou acordo com os gestores visando que os planos sirvam como base para avaliação da performance desses e da empresa.

Portanto, o orçamento nada mais é que um documento formado pelo conjunto de ações que orientam o dimensionamento dos recursos financeiros da empresa com o objetivo de alcançar seus propósitos, cuja expressão é quantitativa, embora contemple itens não financeiros (SOUZA, 2014).

2.4.2.6 Ponto de Equilíbrio

O ponto de equilíbrio determina quais os volumes de produção e vendas necessários para que a empresa consiga arcar com todos os seus custos e despesas fixas e variáveis (PADOVEZE, 2010). Ou seja, é o ponto em que os custos e receitas totais da empresa são os mesmos, resultando em lucro/prejuízo nulo. Basicamente, ele permite que a empresa tome decisões a respeito das quantidades de produtos que devem ser produzidas e vendidas para que haja lucro, podendo ser utilizado pelos administradores das organizações para avaliar os resultados em função do comportamento dos custos.

Martins (2003) determina a existência de três diferentes tipos de ponto de equilíbrio: contábil, onde o equilíbrio da empresa ocorre quando o resultado das vendas se igualar aos custos e despesas fixas incorridas; econômico, cujo equilíbrio empresarial ocorre quando o resultado obtido com as vendas é igual aos custos e despesas fixas mais a remuneração do capital investido; e financeiro, onde equilíbrio da empresa acontece quando o resultado das vendas se igualar aos custos e despesas fixas somados as despesas que não acarretarem saída de caixa.

As fórmulas para cálculo desses pontos de equilíbrio, em quantidade, podem ser expressas das seguintes formas:

$$PEC = \frac{CDF}{MCU}$$

$$PEE = \frac{CDF + LD}{MCU}$$

$$PEF = \frac{CDF - D}{MCU}$$

Onde:

PEC = ponto de equilíbrio contábil

PEE = ponto de equilíbrio econômico

PEF = ponto de equilíbrio financeiro

CDF = custos e despesas fixas

LD = lucro desejado

D = depreciação

MCU = margem de contribuição unitária

2.4.2.7 Preço de Venda

Para a formação de um preço de venda adequado, a organização deve levar em consideração o valor de seus custos e despesas e o preço praticado pelo mercado concorrente. O preço praticado deve ser capaz de cobrir os custos diretos, as despesas variáveis e fixas proporcionais e, além disso, gerar ainda o lucro desejado pelos gestores. A margem de contribuição e o ponto de equilíbrio também são ferramentas diretamente ligadas à formação do preço de venda.

Em relação ao aspecto mercadológico, a formação do preço de venda deve levar em consideração fatores como o conhecimento da marca pelo público, o tempo que está no mercado, o volume de vendas já conquistado e a agressividade da concorrência, procurando praticar o preço de venda próximo do preço praticado pelas organizações do mesmo setor. Já em relação ao aspecto financeiro, é necessário que o preço cubra o custo direto dos produtos ou serviços, as despesas fixas e variáveis, e ainda assim gerar um lucro para a empresa (SEBRAE, 2014).

2.4.2.8 Retorno Sobre o Investimento (ROI)

Para Atkinson (2000), o ROI é uma das mais consistentes inovações introduzidas no século XX como forma de avaliar o comportamento de um investimento. Segundo o autor, ROI é um indicador medido pela relação entre o ganho obtido como resultado de determinado investimento (lucro) e o montante investido inicialmente (ativo), ou seja, serve para mensurar o retorno sobre um determinado investimento realizado pela organização.

Lopo et al. (2001, p.240) afirma que o ROI "representa a razão entre o resultado líquido (normalmente, o contábil tradicional, com base apenas no custo histórico) e o capital total investido (idem)", complementando ainda que, apesar de existirem divergências sobre os conceitos relacionados à este indicador, defendem que ele é a razão entre o resultado líquido de uma organização e o seu ativo total.

3 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, primeiramente foi feita uma breve apresentação do escritório de contabilidade objeto deste estudo e do software contábil por ele utilizado. Posteriormente, foram evidenciadas as respostas obtidas por meio do questionário aplicado aos clientes do escritório de contabilidade estudado visando averiguar quais as ferramentas gerenciais consideradas de maior relevância para seus administradores. Após, foi identificada a capacidade do software contábil utilizado em transformar os dados que o alimentam nas informações consideradas mais relevantes.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS OBJETOS ESTUDADOS

Neste tópico, apresentam-se os objetos estudados neste trabalho, sendo eles o escritório de contabilidade onde o caso foi realizado e o software de contabilidade por ele utilizado.

3.1.1 Apresentação do Escritório de Contabilidade

O presente estudo de caso foi realizado em um escritório de contabilidade localizado no bairro da Trindade, região da grande Florianópolis. O mesmo surgiu no início de 2016 por meio da associação de outros dois escritórios, um formado em 2007 e outro em 2014, e seu faturamento mensal gira hoje em torno de 25 mil reais.

Atualmente, o escritório presta serviços diversificados para 79 clientes, dentre eles: microempreendedores individuais, entidades sem fins lucrativos, empresas tributadas pelo simples nacional e lucro presumido. Os serviços prestados podem ser divididos basicamente em: serviços de registro, serviços relacionados ao setor pessoal, setor fiscal e setor contábil; e serviços de consultoria para todos os setores.

SERVIÇOS DE REGISTRO

- Abertura e encerramento de empresas;
- Elaboração e alteração de contratos sociais;
- Obtenção e baixa de alvarás;
- Obtenção e baixa de inscrições estaduais e municipais;
- Aquisição de autorização para emissão de Nota Fiscal (NF);

- Obtenção de certidões negativas junto aos órgãos competentes;
- Registro dos livros fiscais e contábeis;
- Cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).

SERVIÇOS DO SETOR PESSOAL

- Registro de funcionários;
- Cálculo da folha de pagamento;
- Cálculo dos encargos trabalhistas (FGTS e INSS);
- Envio das obrigações acessórias (GFIP, CAGED e RAIS);
- Cálculo de férias e rescisões;
- Orientações sobre a legislação trabalhista (CLT);
- Acompanhamento das convenções coletivas;
- Representação junto a sindicatos;
- Cálculo de 13º salário.

SERVIÇOS DO SETOR FISCAL

- Planejamento tributário;
- Emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);
- Registro das entradas, saídas e serviços prestados;
- Cálculo dos tributos federais, estaduais e municipais;
- Elaboração das guias dos tributos e contribuições devidas;
- Envio de declarações e obrigações acessórias (SPED, DCTF, SINTEGRA, DIME e DeSTDA);
- Escrituração dos livros fiscais.

SERVIÇOS DO SETOR CONTÁBIL

- Escrituração da contabilidade de acordo com as normas e princípios contábeis vigentes;
- Apuração de balancetes por período;
- Elaboração das demonstrações contábeis (BP, DRE, DFC e DMPL);
- Emissão dos livros diário, razão e de caixa;
- Preparação de relatórios e análises gerenciais;
- Acompanhamento das normas e padronizações relacionados à empresa.

Os serviços são prestados aos clientes de acordo com a exigência pela sua natureza jurídica e enquadramento tributário ou até mesmo devido a solicitação dos administradores dessas empresas.

O quadro de colaboradores do escritório é composto hoje por: dois sócios que desempenham funções efetivas na empresa, um no setor pessoal e outro no setor fiscal, além de ambos realizarem tarefas do setor de registro; um funcionário responsável pelo setor fiscal e contábil, um pelo setor pessoal e contabilidade das entidades sem fins lucrativos e um funcionário auxiliar do setor contábil.

3.1.2 Apresentação do Software Contábil

O software contábil estudado é um ERP produto de uma indústria de softwares referência no cenário nacional, desenvolvido com o intuito de atender à necessidade dos escritórios de contabilidade. O sistema é dividido em módulos, dentre eles: atendimento, escrita fiscal, auditoria, contábil, patrimônio e folha. No escritório de contabilidade estudado, são utilizados apenas os módulos da escrita fiscal, contábil, patrimônio e folha, que realizam basicamente os seguintes procedimentos:

ESCRITA FISCAL

- Importação de notas fiscais eletrônicas (NFes) a partir do site da Receita Federal;
- Lançamento das notas fiscais de entrada, saída e serviços;
- Lançamentos das reduções Z;
- Apuração de impostos;
- Controle de contas a pagar e a receber;
- Controle dos pagamentos das guias emitidas.

CONTÁBIL

- Lançamentos contábeis dos documentos;
- Geração das demonstrações contábeis (balancete, BP, DRE, DMPL);
- Conciliação bancária.

PATRIMÔNIO

- Registro dos ativos imobilizados;
- Cálculo da depreciação dos bens.

FOLHA

- Registro de funcionários;
- Cálculo da folha mensal, adiantamento salarial, férias, rescisões e 13º salário;
- Cálculo e emissão das guias referentes aos encargos trabalhistas;
- Controle de afastamento de empregados.

O software permite que todos os seus módulos sejam integrados com o módulo contábil, agregando assim todas as informações necessárias para que sejam gerados os demonstrativos contábeis da empresa. Em todos os módulos também são disponibilizados relatórios diversos que possibilitam análises acerca das várias áreas da organização. Outra facilidade do sistema é que, sendo configurado corretamente, ele permite que sejam originados informativos capazes de integrar com os sistemas das obrigações acessórias a fim de alimentar essas declarações.

3.2 COLETA DOS DADOS ESTUDADOS

Por meio de questionário aplicado as micro e pequenas empresas clientes do escritório de contabilidade estudado, foram obtidas as respostas sobre os questionamentos pretendidos, que seriam:

- Conhecimento em contabilidade;
- Visão que possui da contabilidade;
- Ferramentas gerenciais consideradas relevantes.

Em relação ao conhecimento em contabilidade, dois dos 28 entrevistados afirmaram não possuir nenhum conhecimento sobre o assunto, oito afirmaram possuir pouco conhecimento e dezoito afirmaram possuir conhecimento intermediário. Nenhum entrevistado informou possuir muito conhecimento em relação ao assunto.

Tabela 4 - Conhecimento em contabilidade

Conhecimento em contabilidade	Frequência
Nenhum	02
Pouco	18
Intermediário	08
Muito	00

FONTE: Elaborado pelo autor.

Sobre a visão que possuem da contabilidade, apenas três dos 28 respondentes entendem que a mesma serve apenas para atender as exigências fiscais e 25 a consideram também uma ferramenta importante para o processo de tomada de decisão empresarial.

Tabela 5 - Visão da contabilidade

Visão que possuem da contabilidade	Frequência
Ferramenta necessária para atender as exigências fiscais	03
Ferramenta necessária para atender as exigências fiscais e importante para o processo de tomada de decisão empresarial	25

FONTE: Elaborado pelo autor.

No questionamento a respeito das ferramentas gerenciais relevantes, foram disponibilizadas para serem selecionadas como resposta apenas as ferramentas que o escritório de contabilidade, levando em consideração alguns fatores (porte, ramo de atuação, mercado de atuação, etc.), julgou adequadas às características de seus clientes, que seriam:

- Controle de contas a pagar e a receber;
- Controle de estoque;
- Fluxo de caixa;
- Margem de contribuição;
- Orçamento;
- Ponto de equilíbrio;
- Preço de venda;
- Retorno sobre o investimento (ROI);

Para esta pergunta, o entrevistado poderia assinalar mais de uma opção como resposta. Dessa forma, o controle de contas a pagar por foi assinalado por todos os 28 respondentes, o controle de estoque por 26, o fluxo de caixa por 26, a margem de

contribuição por 18, o orçamento por 12, o ponto de equilíbrio por 23, o preço de venda por 26 e o ROI por 13 respondentes.

Tabela 6 - Ferramentas gerenciais relevantes

Ferramentas gerenciais relevantes	Frequência
Controle de contas a pagar e a receber	28
Controle de estoque	26
Fluxo de caixa	26
Orçamento	12
Margem de contribuição	18
Ponto de equilíbrio	23
Preço de venda	26
Retorno sobre o investimento (ROI)	13

FONTE: Elaborado pelo autor.

Dentre as ferramentas que foram disponibilizadas para os clientes do escritório de contabilidade selecionarem como relevantes em apoio ao processo de tomada de decisão empresarial, o estudo buscou investigar a capacidade do software contábil em produzir apenas aquelas selecionadas relevantes para mais da metade dos entrevistados, que seriam:

- Controle de contas a pagar e a receber;
- Controle de estoque;
- Fluxo de caixa;
- Margem de contribuição;
- Ponto de equilíbrio;
- Preço de venda.

Diante disto, a análise da capacidade do software contábil utilizado em atender a necessidade de informação gerencial das micro e pequenas empresas clientes do escritório de contabilidade estudado ocorreu apenas em relação a essas informações.

3.3 RESULTADOS DO ESTUDO

Neste tópico, apresentam-se os resultados encontrados através da análise do software contábil utilizado pelo escritório e dos dados por ele disponibilizados em relação a sua

capacidade de suprir a necessidade de informação gerencial das ferramentas controle de contas a pagar e a receber, controle de estoque, fluxo de caixa, margem de contribuição, ponto de equilíbrio e preço de venda.

3.3.1.1 Controle de Contas a Pagar e a Receber

Referente ao controle de contas a pagar e a receber, quando uma nota de entrada, saída, ou prestação de serviço é lançada no sistema, deve ser selecionado um código chamado “acumulador” que dentre outras coisas, diferencia se a saída/entrada/serviço foi realizada à vista ou a prazo. Para acompanhar o valor que a empresa tem a receber ou a pagar em determinado período, o software contábil fornece os seguintes relatórios:

- Resumo por acumulador – no mesmo relatório, é fornecido um resumo com o valor total tanto das compras como das vendas ou serviços prestados efetuados no período, separadas em à vista ou a prazo.
- Contas a pagar/ receber – ambos os relatórios são bem completos, podendo agrupar as notas fiscais a pagar/receber em diferentes modalidades, como por fornecedor/cliente, data de vencimento, data de entrada/saída; podem ser consultadas tanto as notas em aberto como as notas já pagas/recebidas; fornece dados como a data de entrada da nota, a data de vencimento, o valor da parcela, valor já pago/recebido e o saldo em aberto.

Portanto, todas as informações necessárias para o controle das contas a pagar e a receber dos clientes do escritório de contabilidade podem ser obtidas pelo próprio sistema em tempo hábil, sem a necessidade de tratamento dos relatórios por parte do contador.

3.3.1.2 Controle de Estoque

O escritório de contabilidade faz uso do software contábil para registrar a movimentação do estoque apenas das empresas tributadas pelo lucro presumido (três clientes), cujo envio de declarações com informações a respeito dessa movimentação é obrigatório (DIME e EFD ICMS IPI). Isso ocorre pois, para registro dessa movimentação no sistema, se faz necessário o cadastro de todos os produtos comprados ou vendidos pelos clientes. Quando o cliente utiliza nota fiscal eletrônica (NF-e), o que é o caso de apenas um dos três clientes que enviam as declarações, este cadastro é preenchido automaticamente no momento da importação da NF-e,

mas ainda assim o cadastro pode conter falhas que necessitam correções manuais. Já no caso dos clientes que não utilizam NF-e, as informações a respeito dos produtos devem ser preenchidas manualmente.

Devido ao cadastro dos produtos comercializados ser trabalhoso e, o relatório emitido pelo sistema ser de difícil compreensão, o escritório de contabilidade opta por realizar o controle de estoque de seus clientes em um programa diferente do software contábil, mesmo também das empresas cuja movimentação seja registrada pelo sistema. Este controle realizado fora do sistema é feito de maneira geral, fornecendo apenas valores totais a respeito das entradas e saídas realizadas em determinado período e do montante final do estoque. Considerando essas informações, pode-se dizer que, no caso do escritório de contabilidade estudado, o software contábil utilizado não atende a necessidade do controle de estoque de seus clientes.

3.3.1.3 Fluxo de Caixa

O software contábil em questão é capaz de disponibilizar relatórios com informações a respeito das entradas e saídas do caixa, como o “razão” isolado da conta caixa e o livro “movimento do caixa” da empresa. Ambos fornecem informações com a data da transação, o valor, a contrapartida e o saldo final em caixa após a transação, permitindo que o intervalo de tempo da movimentação possa ser selecionado de acordo com a necessidade do usuário (dias, meses ou anos). Porém, o sistema não é capaz de fornecer a demonstração financeira do fluxo de caixa completa. No momento em que são realizados os lançamentos na contabilidade, não existe nenhum campo que permita relacionar a entrada/saída do caixa em uma atividade operacional, de investimento ou financiamento.

Portanto, se tratando da demanda por informação gerencial, o software atende essa necessidade dos clientes em receberem informações a respeito do fluxo dos recursos monetários da empresa em determinado momento, possibilitando ações como um planejamento financeiro ou a programação de investimentos.

3.3.1.4 Margem de Contribuição

O software contábil não disponibiliza nenhum relatório específico a respeito da margem de contribuição total ou unitária da empresa. Em relação a margem de contribuição total, os dados necessários para seu cálculo (receita total e montante dos custos e despesas variáveis da empresa) podem ser obtidos em relatórios fornecidos pelo sistema, como o “balancete” ou a

“DRE”. Já em relação a margem de contribuição unitária, tendo em vista que o escritório de contabilidade não realiza um controle de estoque adequado dentro do sistema, separando as receitas e custos por produto, seu cálculo não é possível com base nas informações que são alimentadas pelo escritório de contabilidade no software.

Dessa maneira, o sistema não é capaz de disponibilizar um relatório característico sobre a margem de contribuição, porém, possibilitaria seu cálculo por parte do contador por meio do tratamento dos dados que fornece. O que ocorre é que, em relação ao escritório de contabilidade estudado, o mesmo não alimenta o software com as informações necessárias para o cálculo da margem de contribuição unitária, apenas da margem de contribuição total.

3.3.1.5 Ponto de Equilíbrio

O software contábil não fornece nenhum relatório instantâneo com informações a respeito dos pontos de equilíbrio (contábil, econômico e financeiro) da empresa. Porém, por meio da análise de dados contidos em demonstrativos por ele disponibilizados, é possível se extrair as variáveis necessárias para elaboração do mesmo. O valor dos custos e despesas fixas do período, bem como o da depreciação (utilizado para cálculo do ponto de equilíbrio financeiro) podem ser extraídos do “balancete” ou da “DRE” fornecidas pelo sistema.

O valor da margem de contribuição, como visto anteriormente, não é fornecido em relatório específico pelo software mas pode ser calculado pelos dados que constam nos relatórios fornecidos pelo mesmo. Já o valor do lucro desejado, necessário para cálculo do ponto de equilíbrio econômico, não é uma informação que pode ser retirada do software pois é um valor estritamente ligado à decisão da administração da empresa.

Sendo assim, o software contábil utilizado pelo escritório não disponibiliza relatórios com informações específicas a respeito dos pontos de equilíbrio empresarial. Porém, fornece dados para que o cálculo dessa ferramenta seja realizado, sendo necessário que o contador transforme esses dados na informação.

3.3.1.6 Preço de Venda

O preço de venda não é uma informação que possa ser extraída dos relatórios fornecidos pelo sistema. O papel cabível ao software em relação à essa ferramenta é apenas o de fornecer dados que possibilitem, juntamente com variáveis externas, análises diversas como base para sua formação. A capacidade do software em atender a necessidade de seus usuários por essa

ferramenta está ligada a sua eficiência em produzir informações que possam basear a sua definição, como: custos, despesas e receitas.

Portanto, cabe ao contador repassar esses dados para seus clientes possibilitando que, juntamente com análises relacionadas a outras variáveis, eles tomem decisões a respeito da formação de seu preço de venda.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho investigou a capacidade do software contábil utilizado pelo escritório de contabilidade objeto do estudo em suprir a necessidade de informação gerencial das micro e pequenas empresas clientes do mesmo. Para tanto, verificou-se quais as ferramentas gerenciais consideradas de maior relevância para os administradores dessas empresas. Posteriormente, buscou-se identificar se o software contábil utilizado é capaz de disponibilizar dados que possam ser transformados nas informações demandadas e se o próprio sistema já transforma esses dados em relatórios que possam transmitir essas informações à seus usuários. Por fim, analisou-se qual o papel do escritório de contabilidade no processo de transformação e transmissão desses dados e informações.

Verificou-se, primeiramente, que mais da metade dos entrevistados consideram relevantes para apoio ao processo de tomada de decisão empresarial as ferramentas: controle de contas a pagar e a receber, controle de estoque, fluxo de caixa, margem de contribuição, ponto de equilíbrio e preço de venda.

Sobre a capacidade do software contábil utilizado em suprir a necessidade das suas clientes micro e pequenas empresas em relação a essas ferramentas, identificou-se que ela é atendida de maneiras diferentes pelo sistema a cada ferramenta.

No caso do controle de contas a pagar e a receber e do fluxo de caixa, a necessidade é atendida em 100% pelo software e ainda não há necessidade em trabalho do contador para isso, visto que o sistema é capaz de transformar por si só os dados em relatórios que contém todas as informações a respeito dessas ferramentas.

Em relação ao controle de estoque, o sistema não atende essa necessidade devido ao escritório em questão não alimentar o mesmo com os dados necessários para sua realização.

Sobre a margem de contribuição, o sistema atende essa necessidade em relação a margem de contribuição total, pois disponibiliza dados que possibilitam o seu cálculo, mas não fornece nenhum relatório que demonstre especificamente essa informação. Já o cálculo da margem de contribuição unitária não é possível por meio dos dados disponibilizados pelo software também devido ao fato de o escritório não alimentá-lo de maneira adequada para que isso seja possível.

Quanto ao ponto de equilíbrio, o software não emite relatórios que contenham essa informação específica, mas disponibiliza dados que, por meio do trabalho do contador, podem ser transformados na informação e atender a necessidade de seus clientes em relação a essa ferramenta.

Em relação ao preço de venda, o software é capaz de fornecer dados que possam auxiliar nas decisões ao seu respeito. Porém, não se pode dizer que o sistema atende essa necessidade pois é uma ferramenta que depende também de variáveis externas.

Como propostas para futuros trabalhos, sugere-se que sejam realizadas pesquisas sobre como os escritórios de contabilidade poderiam ver na necessidade de informação gerencial uma oportunidade de negócio, complementando os serviços normalmente oferecido pelos softwares contábeis e propondo um serviço diferenciado a seus clientes.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Nélío. **Empresas válidas:** como elas alcançam resultados superiores ao servirem a sociedade. São Paulo: Evora, 2012.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BAVARESCO, Thaysy Piazero Fanni; GASPARETTO, Valdirene. Informações contábeis na tomada de decisão de micro e pequenas empresas: um estudo nas empresas catarinenses finalistas do Prêmio Talentos Empreendedores. **XVI Congresso Brasileiro de Custos, Fortaleza**, 2009.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2003.

BORGES, L.F.; LEAL, E. A. Utilidade da informação contábil gerencial na gestão das micro e pequenas empresas: um estudo com empresas do programa Empreender de Uberlândia - MG. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.4, n.3, 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.**

COSTA, Gabriela Damasco. **A utilização de informações contábeis na gestão em microempresas e empresas de pequeno porte:** o caso das clientes dos escritórios A, B e C. 2005. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade gerencial:** teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais:** tecnologia da informação e a empresa do século XXI. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DEFAVERI, Rafael Ivan; BALDISSERA, Juliano Francisco. A influência dos sistemas de controle gerencial na tomada de decisão dos gestores das MPEs. **X Congresso ANPCONT**, Ribeirão Preto, 2016.

DIAS, D. DE S. Eficácia de sistemas de informação, participação do usuário e mudança organizacional. In: XVII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD (1993: Salvador). **Anais...** Salvador: ANPAD, 1993. v. 2. p. 163-172.

FERNANDES, Francisco Carlos et al. A utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Universidade Federal de Belo Horizonte, Minas Gerais, v.22, n.3, p.99-126, jul./set.2011.

FERRARI, Ed Luiz, **Contabilidade Geral:** Teoria e 950 Questões. Série provas e concursos. São Paulo: Impetus, 2001.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial:** planejamento e controle gerencial. São Paulo:

Atlas, 2009.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2015**. São Paulo, IBPQ e SEBRAE, 2015, 178 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio de Loureiro. **Sistemas de informações contábil/financeiros**. São Paulo: Atlas, 1992.

IMA. **Statements on Management Accounting: Definition of Management Accounting**. IMA, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KASSAI, Sílvia.: As empresas de pequeno porte e a contabilidade. **Caderno de Estudos da FIPECAFI**, São Paulo, v.9, n.15, jan/jun. 1997.

LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Dicionário de custos**. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMA, Leonardo Jovelino Almeida de; SOUSA, Lilian dos Santos. A importância das ferramentas contábeis gerenciais para a continuidade e otimização das atividades das micro e pequenas empresas: uma pesquisa de campo na Feira da Oito de Maio em Icoaraci - Belém (Pa). **Amazônia em Foco**, Castanhal, v.2, n.3, p. 177-138, jul/dez 2013.

LOPES, A. C. T. **Sistemas de informação em escritórios Brasileiros de assessoria contábil para micro e pequenas empresas: um estudo sob a ótica Neopatrimonialista**. 2010.

PASSONI, Adriana Carla et al. Contador: Profissional de extrema importância para micro e pequenas empresas nas tomadas de decisões. **Rev. Científica Eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.66-76, jan./jun.2013.

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

MOREIRA, Rafael de Lacerda et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, v.10, n.19, p. 119-140, jan./abr., 2013.

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais**. 9. ed São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

O'REAGAN, N.; ABBY GHOBADIAN, A. Testing the homogeneity of SMEs: The impact of size on managerial and organizational process, **European Business Review**, ABI/INFORM Global, v.16, n.1, 2004.

OYADOMARI, J. C. T. et al. Relacionamentos entre controle gerencial, aprendizagem organizacional e decisões. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 53-74, mai/ago 2013. ISSN 2175-8069.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAIVA, Simone Bastos. Da informação ao conhecimento contábil: um salto qualitativo na Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v. 35, n. 158, p. 75-85, mar./abr. 2006

PASSONI, Adriana Carla et al. Contador: Profissional de extrema importância para micro e pequenas empresas nas tomadas de decisões. **Rev. Científica Eletrônica UNISEB**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.66-76, jan./jun.2013.

PINHEIRO, Paulo Roberto. **Habilidades para adicionar valor à companhia**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/gestaocontabil.htm>> Acesso em: 19 de ago. 2016. (Entrevista ao Jornal do Comércio em 26 de janeiro de 2005).

PORTO, Maria Alice Gues; BANDEIRA, Anselmo Alves. A importância dos sistemas de informações gerenciais para as organizações. **XIII SIMPEP**, Bauru, 2006

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <[http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho Cientifico.pdf](http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jary. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHNORR, Walter Et al. **Escrituração contábil para micro e pequena empresa**. Florianópolis: CRCSC, 2008.

SEBRAE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014**. 7. ed. São Paulo: Diesse,

2014, 266 p.

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de administração financeira e orçamento**. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Dayanna de. **A importância da utilização da escrituração contábil como ferramenta para a tomada de decisão em micro-empresas de Florianópolis**. 2007. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUZA, Regiane Aparecida Rosa de; RIOS, Ricardo Pereira. Contabilidade gerencial como ferramenta para gestão financeira nas microempresas: uma pesquisa no município de São Roque SP. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, São Roque, v. 2, n. 1, p.1-18, 2011

STAIR, Ralph M; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Cengage Learning, 2006. 696p.

STRASSBURG, Udo. **A contabilidade frente aos avanços tecnológicos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2004.

APENDICE A – Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este questionário tem a finalidade de coletar dados para a elaboração de uma monografia enquanto requisito para conclusão no Curso de Ciências Contábeis da acadêmica Joana Damiani Destro, orientada pelo Professor Doutor Pedro José von Mecheln.

Pretende-se, por meio desta pesquisa, obter dados sobre as ferramentas gerenciais consideradas de maior relevância para as empresas clientes do escritório de contabilidade objeto do estudo de caso da monografia.

Ressaltamos que estas informações guardam o anonimato e sua fidedignidade permitirá uma maior aproximação da realidade com relação à prestação de serviços contábeis.

O resultado desta pesquisa estará disponível no Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

1. Conhecimento em contabilidade
 - a. ☐ Nenhum
 - b. ☐ Pouco
 - c. ☐ Intermediário
 - d. ☐ Muito

2. Visão que possui da contabilidade
 - a. ☐ Ferramenta necessária apenas para atender as exigências fiscais
 - b. ☐ Ferramenta necessária para atender as exigências fiscais e importante para o processo de tomada de decisão empresarial

3. Dentre as ferramentas relacionadas abaixo, quais considera importantes como apoio a administração/gestão da organização:
 - a. ☐ Controle de contas a pagar e a receber
 - b. ☐ Controle de estoque

- c. () Margem de contribuição
- d. () Fluxo de caixa
- e. () Orçamento
- f. () Ponto de equilíbrio
- g. () Preço de venda
- h. () Retorno sobre o investimento (ROI)